

Educação

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Odemira

AVISO

Procedimento Concursal Comum de recrutamento para ocupação de 6 (seis) postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial na carreira e categoria de Assistente Operacional

1 - Nos termos dos artigos 33.º e 34.º, os nº 2, 3, 4 e 6 do artigo 36.º, os artigos 37.º e 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho e do disposto na Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas de Odemira, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para preenchimento de 6 postos de trabalho para as funções correspondentes à categoria de Assistente Operacional deste Agrupamento de Escolas, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial, com duração 3,5 horas/dia, e com período definido até 19 de Junho de 2020, autorizado por despacho da Senhora Diretora Geral dos Estabelecimentos Escolares de 23/8/2019.

Foi executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, de acordo com o disposto no art.º 34.º da Lei nº 25/2017, de 30 de maio e Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro e emitida declaração de inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional.

2 – Local de trabalho: estabelecimentos escolares da área de abrangência do Agrupamento de Escolas de Odemira, com sede em Horta dos Reis 7630-150 Odemira.

3- Remuneração: 4,19€/hora.

4 – Caracterização do posto de trabalho: os postos de trabalho a ocupar caracterizam-se pelo exercício de funções na carreira e categoria de Assistente Operacional, tal como descrito no Anexo referido no nº 2, do art.º 88.º, da LTFP.

5 – Requisitos de Admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17º da LTFP, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

ii) 18 anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Ser detentor da escolaridade obrigatória (considerando a data de nascimento) ou equivalente, não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

6 - Formalização das candidaturas:

6.1 - Prazo de candidatura: 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso em Diário da República.

6.2– Forma: As candidaturas deverão ser submetidas obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio disponibilizado electronicamente no Sistema Interativo de Gestão de Recursos Humanos da Educação - SIGRHE> Situação Profissional> PND- Proc.concursais comuns> Formulário de candidatura no portal da Direção Geral de Administração Escolar ([www.dgae.mec.pt](http://www.dgae.mec.pt)) e formalizadas através da entrega, nas instalações do Agrupamento de Escolas de Odemira, até ao último dia do prazo para apresentação das candidaturas, dos seguintes documentos:

- Curriculum Vitae;
- Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias;
- Certificado de registo criminal, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 113/2009, de 17 de setembro;

- Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas com a indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração, caso existam.

7 – Nos termos do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar sob compromisso de honra o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

7.1 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

7.2 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8 – Método de selecção a utilizar:

Considerando a urgência do procedimento será utilizado apenas um método de seleção-avaliação curricular (AC)

8.1 – A avaliação curricular será ponderada de acordo com a fórmula:

$$AC = \frac{HAB + 2 (EP) + FP}{4}$$

8.2 – Avaliação curricular (AC) visa analisar as qualificações dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que obrigatoriamente são os seguintes: Habilitação Académica de Base ou Curso Equiparado, Experiência Profissional e Formação Profissional. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através de média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar.

8.3 – Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a)- 20 Valores – 12º ano ou curso que lhe seja equiparado ou habilitação de grau académico superior;
- b)- 15 Valores – 9º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado;
- c)- 10 Valores – escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado.

8.4 Experiência Profissional (EP)– tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria de assistente operacional, graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a)- 20 Valores – mais de 1095 dias de experiência no exercício de funções inerentes à categoria de Assistente Operacional;
- b)- 15 Valores – de 730 a 1095 dias de experiência no exercício de funções inerentes à categoria de Assistente Operacional;
- c)- 12 Valores – de 365 a 729 dias de experiência no exercício de funções inerentes à categoria de Assistente Operacional;
- d)- 10 valores – até 364 dias de experiência no exercício de funções inerentes à categoria de Assistente Operacional;

8.5 - Formação Profissional (FP), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

- a)- 20 valores – mais de 250 horas de formação diretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar;
- b)- 15 valores – de 100 a 250 horas de formação diretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar;
- c)- 12 valores – de 25 a 99 horas de formação diretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar;
- d)- 10 valores - até 24 horas de formação diretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar

8.6 – Serão excluídos do procedimento, os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de selecção.

9 – Composição do Júri:

Presidente: Carla Maria Afonso Pedro Dias Coelho

Vogal Efetivo: Jorge Manuel Ferreira Nogueira

Vogal Efetivo: Marina João Pelúcia Beato

Vogal Suplente: Sónia Cristina Dias Marques Encarnação

Vogal Suplente: Ana Elisa Dias Roberto Mendes de Brito

9.1 – O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

9.2 – Os critérios de apreciação e de ponderação do método de selecção, bem como o sistema da classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

10 – Exclusão e notificação dos candidatos – Os candidatos excluídos serão notificados para realização de audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

11 – A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, com a valoração às centésimas em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção.

11. 1 – A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Valoração da Habilitação Académica de Base (HAB)
- b) Valoração da Experiência Profissional (EP)
- c) Valoração da Formação Profissional (FP)
- d) Preferência pelo candidato de maior idade.

12 – Prazo de validade: Este concurso é válido para eventuais contratações que ocorram durante o ano escolar 2019/2020.

13 - A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação do Diretor do Agrupamento de Escolas de Odemira, é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Odemira.

14 – Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, o presente aviso é publicitado no Diário da República, 2.ª série, por extrato, bem como no sítio da Internet do Agrupamento de Escolas de Odemira na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), no 1.º dia útil seguinte à publicação no Diário da República, 2.ª série.

21 de outubro de 2019 - O Diretor, José Alexandre Seno Luís.